

Diário do Legislativo de 25/03/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - 122ª Reunião Ordinária

2.2 - Reuniões de Comissões

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

9 - ERRATA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR*

Adelino Carvalho Lino (PMDB)

* Adelino de Carvalho

Agostinho Fernandes da Silveira (PL)

* Agostinho Silveira

Agostinho Patrús (PSDB)

* Agostinho Patrús

Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)

* Ailton Vilela

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

* Alberto Pinto Coelho

Aldimar Dimas Rodrigues (PMDB)

* Dimas Rodrigues

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Júnior

Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)

* Álvaro Antônio

Ambrósio Pinto (PTB)

* Ambrósio Pinto

Amilcar Vianna Martins Filho (PSDB)

* Amilcar Martins

Anderson Aduino Pereira (PMDB)

* Anderson Aduino

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PSD)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)

* Antônio Roberto

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Benedito Rubens Renó Bené Guedes (PDT)

* Bené Guedes

Carlos Alberto Bejani (PFL)

* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PSDB)

* Carlos Pimenta

Christiano Augusto Bicalho Canêdo (PTB)

* Cristiano Canêdo

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSD)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PSD)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSD)

* Djalma Diniz

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edson Rezende Moraes (PSB)

* Edson Rezende

Eduardo Daladier Pereira (PDT)

* Eduardo Daladier

Eduardo Dias Hermeto Filho (PFL)

* Eduardo Hermeto

Eduardo Gustavo Farnese Brandão (PL)

* Eduardo Brandão

Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves (PSB)

* Elaine Matozinhos

Elbe Figueiredo Brandão Santiago (PSDB)

* Elbe Brandão

Elmo Braz Soares (PPB)

* Elmo Braz

Ermano Batista Filho (PSDB)

* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PPS)

* Fábio Avelar

Francisco Rafael Gonçalves (PSB)

* Chico Rafael

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

* Pastor George

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

* Gil Pereira

Glycon Terra Pinto (PPB)

* Glycon Terra Pinto

Hely Tarquínio (PSDB)

* Hely Tarquínio

Irani Vieira Barbosa (PSD)

* Irani Barbosa

Ivo José da Silva (PT)

* Ivo José

João Batista de Oliveira (PDT)

* João Batista de Oliveira

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

João Paulo Gomes da Silva (PSD)

* João Paulo

João Pinto Ribeiro (PTB)

* João Pinto Ribeiro

Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (PMDB)

* Jorge Eduardo de Oliveira

José Alves Viana (PDT)

* Doutor Viana

José Castro Braga (PDT)

* José Braga

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Miguel Martini (PSDB)

* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

* José Milton

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

* Luiz Fernando Faria

Luiz Menezes (PPS)

* Luiz Menezes

Luiz Tadeu Leite (PMDB)

* Luiz Tadeu Leite

Marcelo Jerônimo Gonçalves (PDT)

* Marcelo Gonçalves

Márcio Luiz da Silva Cunha (PMDB)

* Márcio Cunha

Márcio Luiz Murta Kangussu (PPS)

* Márcio Kangussu

Marco Régis de Almeida Lima (PPS)

* Marco Régis

Maria José Haueisen Freire (PT)

* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSDB)

* Mauro Lobo

Newton de Moraes (PL)

* Cabo Moraes

Olavo Bilac Pinto Neto (PFL)

* Bilac Pinto

Olinto Dias Godinho (PTB)

* Olinto Godinho

Paulo César de Carvalho Pettersen (PMDB)

* Paulo Pettersen

Paulo Piau Nogueira (PFL)

* Paulo Piau

Rêmolo Aloise (PFL)

* Rêmolo Aloise

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Ronaldo Canabrava (PSC)

* Ronaldo Canabrava

Sandoval Geraldo Coelho (PSB)

• Sandoval Coelho

Sebastião Costa da Silva (PFL)

* Sebastião Costa

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

* Sebastião Navarro Vieira

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PL)

Em 24/3/2000

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DA 122ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 23/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aداuto, José Braga, Durval Ângelo e João Paulo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 105 e 106/2000 (encaminham, respectivamente, os Projetos de Lei nºs 879 e 880/2000), do Governador do Estado; Ofícios, telegramas e cartões - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 881 a 885/2000 - Requerimentos nºs 1.209 a 1.218/2000 - Requerimentos da Comissão de Saúde, da Comissão Especial do Fundo SOMMA e de Deputados e dos Deputados Miguel Martini, Jorge Eduardo de Oliveira, Alberto Bejani, Antônio Júlio e outros e Agostinho Silveira e outros - Comunicações: Comunicações dos Deputados Gil Pereira, Miguel Martini, Marco Régis, Wanderley Ávila (2), Paulo Pettersen, Djalma Diniz e Adelmo Carneiro Leão, das Comissões de Transporte, de Direitos Humanos, do Trabalho e de Assuntos Municipais e da Bancada do PT - Oradores Insritos: Discursos dos Deputados Irani Barbosa e Durval Ângelo; discursos dos Deputados Irani Barbosa e Durval Ângelo; discursos dos Deputados Bené Guedes, Maria José Haueisen e Edson Rezende - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Questões de ordem - Palavras do Sr. Presidente - Decisão da Presidência - Designação de Comissões: CPI das Construtoras - Leitura de Comunicações - Requerimentos: Requerimentos da Comissão Especial do Fundo SOMMA e de Deputados e dos Deputados Miguel Martini, Jorge Eduardo de Oliveira, Alberto Bejani, Agostinho Silveira e outros e Antônio Júlio e outros; deferimento - Requerimento da CPI das Barragens; discursos dos Deputados Hely Tarquínio, João Leite e Maria José Haueisen - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58; discurso do Deputado João Leite; questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de "quorum" para votação; Decisão da Presidência; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de "quorum" para votação; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para votação; discursos dos Deputados Sebastião Costa e Mauro Lobo; questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de "quorum" para votação; prorrogação da reunião; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para a votação; palavras do Sr. Presidente; inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aداuto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado João Paulo, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 105/2000*

Belo Horizonte, 22 de março de 2000.

Senhor Presidente,

Cumpr-me encaminhar a V. Exa., para o obséquio de sua atenção e apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, em regime de urgência, o anexo projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo junto à União, com suporte na Lei Federal nº 9.846, de 26 de outubro de 1999, conforme exposição de motivos de autoria do Secretário de Estado da Fazenda.

Atenciosamente,

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 879/2000

Autoriza o Poder Executivo a contratar com a União, para o fim e na forma que menciona.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empréstimo com a União, no valor de R\$14.830.900,00 (quatorze milhões oitocentos e trinta mil e novecentos reais), de acordo com os critérios estabelecidos na Lei Federal nº 9.846, de 26 de outubro de 1999, destinado ao ressarcimento parcial das perdas líquidas de receita decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

Parágrafo único - O ressarcimento se refere a 40% (quarenta por cento) das perdas líquidas de receita do Estado de Minas Gerais incorridas no exercício de 1999.

Art. 2º - O empréstimo será pago em 96 (noventa e seis) prestações mensais calculadas com base no Sistema de Amortização Constante - SAC -, vencendo-se a primeira em 31 de janeiro de 2002, e as demais no último dia útil dos meses subseqüentes, com juros mensais equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC - para os títulos federais, incidindo sobre o saldo devedor diário das parcelas liberadas.

Parágrafo único - A remuneração a que faz jus o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro da União, de 0,10% (zero vírgula dez por cento) ao ano, calculada e debitada sobre os saldos devedores atualizados, será paga mensalmente a partir de 31 de janeiro de 2002.

Art. 3º - Para garantia do contrato de empréstimo de que trata esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer os recursos provenientes das receitas a que se referem os artigos 155, 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II, da Constituição Federal, até o montante suficiente ao pagamento das prestações e demais encargos devidos.

Art. 4º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais as dotações suficientes ao pagamento do empréstimo autorizado por esta lei, incluindo principal e encargos.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 106/2000*

Belo Horizonte, de de 2000.

Senhor Presidente,

Cumprem-me encaminhar a V. Exa., para o obséquio de sua atenção e apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, em regime de urgência, o anexo projeto de lei, que altera a Lei nº 12.730, de 30 de dezembro de 1997, com o objetivo de adequar os procedimentos que permitirão a moratória e posterior remissão de créditos tributários, relativa à importação de mercadorias realizadas até 31 de março de 2000 e cujo imposto foi indevidamente recolhido a outra unidade da Federação, conforme exposição de motivos de autoria do Secretário de Estado da Fazenda.

Atenciosamente,

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 880/2000

Altera dispositivos da Lei nº 12.730, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 1º - Os dispositivos abaixo relacionados da Lei nº 12.730, de 30 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º -

I - compromisso formal em realizar, diretamente pelo Estado de Minas Gerais, a totalidade de suas importações;

II - apresentação, à administração fazendária de sua circunscrição, das seguintes informações:

a) relação de suas importações realizadas, discriminando-as, individualmente, por data do desembarço, valor, tipo do produto, documento de importação e valor do ICMS, se incidente;

b) relação de entradas em seu estabelecimento de mercadorias de origem estrangeira, recebidas em operação interestadual, com o respectivo valor e por tipo de produto.

.....

§ 2º - O pedido de moratória implica o reconhecimento, pelo interessado, do crédito tributário atuado ou denunciado e a desistência formal e definitiva de sua discussão administrativa ou judicial.

§ 3º - O descumprimento, em qualquer tempo, dos termos estabelecidos para fins de concessão da moratória de que trata esta lei implicará, a partir da data de sua caracterização, a cessação da moratória e da garantia de extinção dos créditos de que tratam os incisos I e III do artigo anterior, bem como a reconstituição integral do crédito tributário.

Art. 7º - Mediante requerimento do interessado, após 3 (três) anos de vigência formal da moratória e verificado o cumprimento de seus termos, relativamente a 50% (cinquenta por cento) do crédito tributário de que trata o artigo 5º desta lei, o Estado concederá:

I - compensação com crédito acumulado do ICMS e remissão em relação ao saldo devedor remanescente;

II - remissão, na hipótese de inexistência de saldo credor acumulado.

Parágrafo único - a remissão de que trata este artigo fica condicionada ao cumprimento pelo interessado do disposto no artigo 6º, observado o prazo estabelecido no artigo 8º, todos

desta lei."

Art. 2º - Fica revogado o § 1º do artigo 5º da Lei nº 12.730, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Dos Srs. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado; Arlindo Porto, Senador; Ziane Costa, Presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas, agradecendo o convite para participar do ciclo de debates sobre o tema "Lei de Responsabilidade Fiscal".

Do Sr. Tilden Santiago, Deputado Federal, agradecendo o convite para participar da inauguração da agência conjunta do PROCON e da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso.

Do Sr. Nelson Marchezan, Deputado Federal e Presidente da CPI dos Medicamentos da Câmara dos Deputados, pedindo a ajuda desta Casa, da forma que julgar mais adequada, para auxiliar nos trabalhos dessa Comissão. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Sylo da Silva Costa, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando os Relatórios de Atividades daquela Corte relativos ao quarto trimestre e ao exercício de 1999. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Armando Dias, Procurador-Chefe da Defensoria Pública do Estado (2), agradecendo convite para a reunião especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e o envio do livreto "Como a Segurança Pode, de Fato, Ser Pública".

Do Sr. Ivair Nogueira, Secretário de Esportes, comunicando a celebração de convênio de cooperação financeira com o Município de Santa Rita de Minas. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Roberto Engler, Deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo, agradecendo convite para o II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo.

Do Sr. Lupércio Ramos, Deputado à Assembléia Legislativa do Amazonas, agradecendo convite para o Ciclo de Debates Nossas Águas, Nossa Vida.

Do Sr. Tarcísio Delgado, Prefeito Municipal de Juiz de Fora, agradecendo convite para as comemorações alusivas aos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Do Sr. Stefan Bogdan Salej, Presidente da FIEMG, parabenizando o Presidente da Assembléia pela palestra "O Momento Político Atual", proferida na sede daquele órgão.

Do Cel.-PM Antoninho de Oliveira, Chefe do Estado-Maior da PMMG, em atenção a requerimento do Deputado Ronaldo Canabrava (criação de um grupamento especial da PMMG destinado à proteção das escolas públicas e privadas do Estado), comunicando as providências que estão sendo tomadas em relação à segurança nas escolas.

Do Sr. Roberto Meira de Almeida Barreto, Superintendente Estadual do Banco do Brasil, agradecendo convite para a reunião especial em homenagem aos 69 anos de fundação da Sociedade Mineira de Engenheiros.

Do Sr. Antônio Sérgio Tonet, Promotor de Justiça de Defesa do Cidadão, solicitando o envio de toda a documentação relativa à CPI dos Fundos.

Da Sra. Maria Stela Nascimento, Secretária-Coordenadora da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional, encaminhando, em resposta a requerimento da Comissão de Educação, relatório da Inspeção Escolar e outros documentos ligados à verificação realizada na Escola Estadual Padre Eustáquio, nesta Capital. (- Anexe-se ao Requerimento nº 862/99.)

Do Sr. Iraci de Assis Cunha, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte, encaminhando documento contrário à informalidade do sistema de transporte de passageiros. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Ailton Divino Fernandes, Presidente do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, colocando a entidade à disposição desta Casa, para, em parceria, obterem êxito no cumprimento de suas metas.

Do Sr. Antônio de Pádua Silva, Presidente do Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais, encaminhando abaixo-assinados a favor da manutenção do veto do Governador do Estado ao Código de Defesa do Contribuinte. (- Anexe-se à Proposição de Lei nº 14.325.)

Da Sra. Maria Clélia Botelho, Presidente do Fórum Mineiro de Educação para a Cidadania, solicitando o apoio desta Casa à rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2000. (- Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2000.)

Do Sr. Lásaro José Soares, Secretário da Loja Maçônica Fênix do Alto Paranaíba nº 2.552, agradecendo o convite feito e a realização de uma reunião especial em homenagem aos maçons no dia 22/2/2000.

TELEGRAMAS

Do Sr. José Alencar, Senador, agradecendo convites para a reunião especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e para as comemorações alusivas aos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Do Sr. Walfrido Mares Guia, Deputado Federal, agradecendo convite para o Ciclo de Debates Repensando o Brasil 500 Anos Depois.

Do Sr. Bonifácio de Andrada, Deputado Federal, agradecendo convite para a Mostra O Descobrimento do Brasil na Visão dos Portugueses.

Da Sra. Maria Lúcia Cardoso, Deputada Federal, agradecendo convite para o VI Encontro Regional do PMDB.

Do Sr. Nárcio Rodrigues, Deputado Federal (3), agradecendo convites para a inauguração da agência conjunta do PROCON e da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso, para a reunião especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e para o II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo.

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil, e da Sra. Therezinha de Castro Tortoriello, Presidente da Associação de Damas Protetoras da Infância - ADPI -, de Juiz de Fora, agradecendo o convite para o Ciclo de Debates Nossas Águas, Nossa Vida.

Da Secretaria da Saúde, agradecendo o convite para a solenidade de inauguração da agência conjunta do PROCON e da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso.

Do Sr. Armando Costa, Secretário da Saúde, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Do Sr. Luizinho Tenório, Deputado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, agradecendo o convite para o II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo.

Do Sr. Marcelo Araújo Rodrigues, Diretor dos Correios de Minas Gerais, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração dos 69 anos da Sociedade Mineira de Engenheiros.

CARTÕES

Dos Srs. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil; Marco Antônio Guimarães Monteiro, Presidente da Rádio Inconfidência; Carlos Volpe de Paiva, Presidente da COHAB-MG; João Diniz Pinto Júnior, Presidente do IPSEMG; e Jader Pinto de Campos Figueiredo, representante do IBAMA em Minas Gerais, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Dos Srs. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil; Marco Antônio Guimarães Monteiro, Presidente da Rádio Inconfidência; Otto Teixeira Filho, Chefe do DETRAN-MG; Juderlande da Costa Zanelli, Superintendente da 38ª SRE; e Idalina Mello Caçado, Diretor II da 12ª SRE, agradecendo o convite para participar das comemorações alusivas aos 500 anos de descobrimento do Brasil.

Dos Srs. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil; Marco Antônio Guimarães Monteiro, Presidente da Rádio Inconfidência; João Diniz Pinto Júnior, Presidente do IPSEMG; Carlos Volpe de Paiva, Presidente da COHAB-MG, agradecendo o convite para a solenidade de inauguração da agência conjunta do PROCON e da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso.

Da Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária de Estado da Justiça, agradecendo o convite para participar da reunião em que será discutido o Projeto de Lei nº 553/99.

Do Sr. Carlos Volpe de Paiva, Presidente da COHAB-MG, agradecendo o envio de exemplar da obra "Resistência e Ação - Minas e a Luta contra o Neoliberalismo".

Dos Srs. Jader Pinto de Campos Figueiredo, representante do IBAMA-MG (4), agradecendo os convites para participar da reunião solene de instalação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura; da reunião especial em comemoração aos 20 anos de Criação do Partido dos Trabalhadores; da Mostra O Descobrimento do Brasil na Visão dos Portugueses; e do Ciclo de Debates Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dos Srs. Rubens Otoni, Deputado à Assembléia Legislativa de Goiás, e Ângelo J. Cerceau Ibrahim, Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro Preto, agradecendo o convite para participar do II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo.

Do Sr. José Maria Barra, Vice-Presidente Regional da FIEMG, parabenizando o Presidente da Assembléia pela participação no curso sobre processo legislativo e pela palestra "O Momento Político Atual", proferida na sede daquele órgão.

Do Sr. Emílio Haddad Filho, advogado, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem aos 69 anos de fundação da Sociedade Mineira de Engenheiros.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 881/2000

Declara de utilidade pública a Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2000.

Edson Rezende

Justificação: A Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus é uma entidade civil sem fins lucrativos, atua no Brasil desde 1963 e também esta presente em 23

países da Europa, América, Ásia e África. Tem por finalidade o tratamento e a assistência a doentes mentais, adultos e crianças, sem nenhum tipo de distinção. Vinculada à Congregação, a Clínica de Lazer Bento Menni, inaugurada em 1980, é a única referência para internação integral para 54 municípios da região de Divinópolis, destinando-se exclusivamente ao tratamento de pacientes psiquiátricos em quadros agudos ou na reagudização de crônicos, sem nenhum custo. Para isso, tem contado com a colaboração de profissionais qualificados e competentes, realizando atividades nas áreas de enfermagem, psicologia, terapia ocupacional, assistência social, além de outras de natureza educacional, técnica e científica.

Além do exposto, a Congregação apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão por que esperamos contar com o apoio dos nobres colegas à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 882/2000

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Bairros Hawaí, Sônia e São José 1ª Seção - TRICOMB -, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Bairros Hawaí, Sônia e São José 1ª Seção - TRICOMB -, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de março de 2000.

Eduardo Brandão

Justificação: A Associação Comunitária dos Bairros Hawaí, Sônia e São José 1ª Seção - TRICOMB -, fundada em 2/2/85, é uma sociedade civil, filantrópica, eminentemente assistencialista; não tem fins lucrativos, os membros de sua diretoria são reconhecidamente pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. E, ainda, é uma associação de caráter cultural, assistencial e educacional, com duração indeterminada, sediada no Município de Ribeirão das Neves.

A TRICOMB, desde a sua fundação, vem cumprindo fielmente as suas finalidades estatutárias, prestando relevantes serviços direcionados aos moradores dos bairros que a ela recorrem, além de orientar, esclarecer e motivar a comunidade nas ações conjuntas.

A referida Associação tem por objetivo principal a promoção e a coordenação de atividades conjuntas de quantos queiram participar do trabalho e do desenvolvimento dos bairros, com o intuito de garantir a proteção às famílias, às crianças, às mães, aos jovens e aos velhos. E é por meio da articulação, do desenvolvimento e da promoção de ações no âmbito dos problemas sociais, econômicos, educacionais e de saúde que a Associação contribui com a sociedade de forma efetiva.

Isto posto, a entidade espera ampliar seu atendimento aos mais carentes com o título declaratório de sua utilidade pública, firmando parcerias com órgãos do Estado para atingir esse objetivo.

Pelas razões aduzidas, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões da Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 883/2000

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Maripá de Minas o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Maripá de Minas o imóvel rural com benfeitoria constituída do prédio da desativada Escola Estadual de Contendas, com área de 10.200m² (dez mil e duzentos metros quadrados), situado na localidade denominada Contendas, no Município de Maripá de Minas, havido por doação, conforme a escritura pública transcrita sob o nº 3.899, a fls.09 do livro 3-H, no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Guarará.

Parágrafo único – O imóvel descrito no "caput" deste artigo destina-se a assentamentos, a cargo do Município de Maripá de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de março de 2000.

Bené Guedes

Justificação: O imóvel em apreço, constituído de terreno com prédio escolar, situado na localidade denominada Contendas, abrigou por longo tempo a Escola Estadual de Contendas. Com sua desativação, ocorrida em razão da proximidade da Escola Municipal Antônio Ferreira Martins, ficou a edificação ociosa, sofrendo constantes invasões.

O Município de Maripá de Minas quer incorporar o imóvel a seu patrimônio, pois pretende utilizá-lo em assentamentos. Tal medida merece nosso irrestrito apoio, razão pela qual solicitamos a aprovação da presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 884/2000

Dá a denominação de D. Raimunda Siqueira Wanderley ao Auditório do Museu Regional de Montes Claros.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Auditório D. Raimunda Siqueira Wanderley o Auditório do Museu Regional de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2000.

Gill Pereira

Justificação: Reverenciar a memória de D. Raimunda Siqueira Wanderley é prestar homenagens à mulher forte, companheira e solidária do Norte de Minas.

Esposa dedicada, braço direito do marido Flamarion Wanderley na condução dos negócios da oficina mecânica, D. Raimunda ainda encontrou tempo para criar seus dez filhos e encaminhá-los nos princípios cristãos que sempre nortearam sua vida.

Trabalhadora incansável, D. Raimunda se transformou no exemplo de mãe, esposa e avó para numerosa família, legando a todos os que tiveram o privilégio de conviver com ela os valores cristãos e morais que sempre nortearam a sua passagem entre nós.

Montes Claros se orgulha de ter abrigado D. Raimunda por longos anos e vê, nesta homenagem, o reconhecimento ao seu grande valor como figura humana.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 885/2000

Declara de utilidade pública a Sociedade de Promoção de Vidas - SOPROV -, com sede e foro na cidade de Perdizes.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade de Promoção de Vidas - SOPROV -, com sede e foro na cidade de Perdizes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de março de 2000.

Anderson Adatao

Justificação: A Sociedade de Promoção de Vidas, entidade civil, religiosa, sem fins lucrativos, tem por objetivo dinamizar centros de oração para acompanhamento de crianças e adolescentes que se proponham a abandonar o uso do álcool ou qualquer espécie de droga, bem como oferecer apoio às famílias dos alcoólatras e toxicômanos.

A entidade preenche os requisitos legais para a declaração de sua utilidade pública, e, por esse motivo, peço o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto ora apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.209/2000, da Deputada Maria Olívia, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sérgio Bruno Zech Coelho pelo brilhante trabalho na presidência do Minas Tênis Clube.

Nº 1.210/2000, da Deputada Maria Olívia, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Dr. Sérgio Danilo Junho Pena pelo trabalho de pesquisa genética desenvolvido em Minas Gerais. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 1.211/2000, da Deputada Maria Olívia, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Deputado Federal Sérgio Miranda por sua eleição para o Conselho da Fundação Pioneiras Sociais. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 1.212/2000, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Município de São Geraldo, pelo seu aniversário de emancipação político-administrativa, em 27 de março.

Nº 1.213/2000, do Deputado José Milton, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Município de Itaverava pela comemoração dos 306 anos de sua fundação. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.214/2000, do Deputado José Milton, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Alto do Rio Doce pelos 110 anos de sua fundação. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.215/2000, do Deputado Durval Ângelo, solicitando seja transcrito nos anais da Casa o editorial "Compromisso com a Moralidade", publicado no jornal "Estado de Minas" de 22/3/2000. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 1.216/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Caldas pelos 187 anos de sua fundação. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.217/2000, do Deputado João Leite, solicitando seja encaminhado ofício ao Auditor-Geral do Estado, pedindo o relatório final da auditoria realizada por esse órgão nos contratos e nas licitações realizados pela ADEMG. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 1.218/2000, do Deputado Antônio Carlos Andrada, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o atual Presidente da ASLEMG, Márcio Juliano, pelo trabalho realizado à frente dessa entidade, e com a Presidente eleita, Arlete Righi, desejando-lhe profícuo trabalho em favor dos associados. (- À Comissão de Administração Pública.)

Da Comissão de Saúde, solicitando a realização de um fórum técnico, na primeira semana de maio, sobre a pesquisa, o cultivo e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) no Estado de Minas Gerais. (- À Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão Especial do Fundo SOMMA e de Deputados e dos Deputados Miguel Martini, Jorge Eduardo de Oliveira, Alberto Bejani, Antônio Júlio e outros e Agostinho Silveira e outros.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Gil Pereira, Miguel Martini, Marco Régis, Wanderley Ávila (2), Paulo Pettersen, Djalma Diniz e Adelmo Carneiro Leão, das Comissões de Transportes, de Direitos Humanos, do Trabalho e de Assuntos Municipais e da Bancada do PT.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Irani Barbosa e Durval Ângelo proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

- Os Deputados Irani Barbosa e Durval Ângelo proferem discursos, pelo art. 164 do Regimento Interno, os quais serão publicados em outra edição.

- Os Deputados Bené Guedes, Maria José Hauelsen e Edson Rezende proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - A Presidência registra a presença, em Plenário, dos Deputados Estaduais do Espírito Santo Eval Galazi e Gilson Amaro.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado João Paulo) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Não tive oportunidade, Sr. Presidente, de parabenizar a Deputada Maria José Hauelsen, quando se referiu ao Deputado Adelmo Carneiro Leão. Falava para alguns colegas da imprensa que faço política para a frente. O que se passou na Secretaria da Saúde, não temos que comentar, mas, para a frente, acredito muito no homem, no colega, no Deputado e no homem público Adelmo Leão. Trata-se de pessoa que, durante esses quatro últimos anos nesta Casa, eu soube respeitar e admirar. Acima de tudo, cumpria o que era tratado aqui. Em momento algum vi o Deputado Adelmo Carneiro Leão jogar para a platéia qualquer conversa. Tenho a certeza de que poderá colaborar muito com a Secretaria. Deputada Maria José Hauelsen, gostaria que transmitisse ao Deputado Adelmo Carneiro Leão que estamos pedindo a Deus para que proteja os seus passos nessa Secretaria, porque conhecemos a sua capacidade, a sua honestidade e a sua hombridade. Que Deus o proteja nessa nova caminhada na Secretaria de Estado da Saúde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, gostaria apenas de dirigir-me à Mesa para tratar de uma questão de ordem que havia formulado na semana passada, quando presidia a sessão o Deputado Rêmoló Aloise, que solicitou que eu encaminhasse, por escrito, essa questão de ordem. É um assunto que reputamos como gravíssimo. Ontem, encaminhamos essa questão de ordem por escrito. A Assembléia Legislativa pretende realizar, em 19 cidades do interior de Minas Gerais, uma movimentação, a título de comemoração dos 500 anos do Brasil. Entendemos que essa movimentação, em um período eleitoral, sem que tenha havido uma discussão profunda, sem a aprovação do Plenário e sem consulta aos partidos desta Casa - a Oposição não foi consultada -, promovendo-se, inclusive, palestras no interior, utilizando a TV Assembléia, que será inaugurada nessa cidade, faz-nos sentir um tanto quanto alijados desse processo. Levantamos uma questão de ordem, para conhecer o planejamento, em detalhe, o que ocorrerá e qual foi o critério utilizado pela Mesa para escolher os palestrantes e os temas que serão abordados, porque também gostaríamos de debater sobre a questão da FHEMIG e sobre a adjução das professoras que estão sendo arrancadas das Prefeituras; sobre a questão da loteria. Gostaríamos de expor também a pauta de interesse da Oposição e do povo mineiro nesta oportunidade. Por que apenas a pauta da Mesa prevalece? Por que apenas a pauta de interesse do Governo prevalece? Estamos aqui cobrando da Mesa uma explicação com relação a esse fato. Estamos notando que ainda não se deu explicação convincente com relação a esta questão de ordem.

Gostaria de aproveitar para fazer uma comunicação à Casa. A Comissão de Educação aprovou um convite ao Secretário da Educação, para que compareça, na quarta-feira da semana que vem, à Comissão, ou para que mande um representante, a fim de explicar a questão da adjução das professoras, que está sendo cancelada, as quais o Estado pretende devolver às Prefeituras, vendendo-as. Nunca vi isso. Esse fato é novo. O Estado agora quer alugar professoras para os municípios. Todas as professoras colocadas em adjução pelo Governo Eduardo Azeredo estão sendo recolhidas pelo Governo atual, que está fazendo a seguinte proposta aos municípios: "Quem quiser pode continuar com as professoras, basta que pague os seus salários ao Estado, e não às professoras, para que o Estado faça o repasse a elas".

A minha questão de ordem pode ter relação com críticas dirigidas a quem eu quiser. Tenho o direito democrático, nesta Casa, de falar e de criticar o Governo, porque sou da Oposição, da mesma maneira que V. Exa. se dirige, elogiando e bajulando o Governo. Cada um tem o direito de falar o que quer nesta Casa. O Deputado tem o direito líquido e certo de criticar, para isso há a imunidade parlamentar. O Deputado Alberto Bejani, por exemplo, está sendo ameaçado de ser processado. Se não tiver a imunidade, vai para a cadeia. A imunidade parlamentar garante o exercício da liberdade nesta Casa. E vamos lutar para defendê-la.

Sr. Presidente, gostaria de comunicar o fato de que o Secretário foi convidado para estar aqui, a fim de trazer explicações. Queremos aproveitar a TV Assembléia para levar esse fato ao conhecimento das pessoas que vêem a TV, para que o interior fique sabendo que o Secretário deverá estar aqui, ou seu representante.

Tenho ainda um minuto para concluir e gostaria de referir-me à fala do Deputado Edson Rezende sobre a minha cidade, Barbacena. Sei que a FHEMIG foi instituição exemplar nos últimos 12 anos. Acontece que, no último, as obras de ampliação foram paralisadas, o que está gerando tumulto e problema. Estamos solicitando à Comissão de Direitos Humanos que compareça lá, para verificar. E vejo até com bons olhos, mas estranha-me que ele, sendo barbacenense e Presidente da Comissão de Saúde, só agora tome essa atitude, depois que a imprensa denunciou. Mas é importante que S. Exa. lá compareça para verificar se o que está sendo dito é verdade: o desmonte da FHEMIG e o esfacelamento total do manicômio.

O Sr. Presidente (Deputado João Paulo) - Nobre Deputado Antônio Carlos Andrada, a Presidência está sendo informada que V. Exa. já formulou essa questão de ordem, por escrito, e já foi encaminhada à Procuradoria. A resposta será dada oportunamente.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, quero apenas me justificar perante o Deputado Alencar da Silveira Júnior. Conhecendo S. Exa. como conheço, tinha a certeza de que, pela justiça que é capaz de fazer, pelo bom-senso que tem, aprovaria as palavras que estava proferindo. S. Exa. concordaria com a minha fala, que era uma fala de defesa das pessoas justas e honestas. Não concedi a palavra no momento em que pedia, porque senti que teria ainda muito que falar. Peço desculpas ao Deputado e espero que tenha entendido a minha negação. Muito obrigada.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, é preciso colocar a verdade diante dos fatos e das pessoas que estão à frente do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena - CHPB -, pessoas honradas, que são o seu diretor clínico, o corpo de funcionários, os médicos, os enfermeiros e todos os servidores que somente conseguiram transformar essa casa porque tinham muito amor e porque durante muitos anos investiram na sua capacitação e na sua qualificação. Essa casa é fruto de uma história de lutas e continua a sua luta tentando a rendição de seus pacientes. E mais, o projeto iniciado no Governo passado, de construção do hospital regional, só parou em 1999 por falta absoluta de recursos em todos os setores do Estado. E, por isso, neste ano será retomada a sua construção. Mas o serviço aos pacientes psiquiátricos internados continua como era antes com seu antigo diretor, agora com os atuais diretores.

Com relação ao Manicômio Jorge Vaz, não tentamos esconder os problemas. O Deputado Edson Rezende não está aqui para esconder nenhum problema. Os problemas do manicômio são crônicos, têm passado por diversos governos e agora vieram à tona. E o Presidente da Comissão de Saúde esteve lá no ano passado e no princípio deste ano. Conversamos com o antigo Secretário Luiz Tadeu Leite e, agora, conversamos com a Secretária Ângela Pace sobre os problemas do manicômio. Como Presidente da Comissão de Saúde, parlamentar da cidade e médico, tenho todo o interesse na solução desses problemas, que, se não foram resolvidos, isso não se deve ao contexto atual, mas à ação, há muitos anos, de outros políticos locais, que estavam no comando da região.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui não apenas para falar pela ordem, mas também para solicitar um esclarecimento. Sou membro da Comissão que acompanha os trabalhos da TV Assembléia, e sua coordenação cabe ao Presidente da Casa. Há mais de três meses não nos reunimos, pelo menos, não recebi nenhum convite para comparecer. De repente, recebemos uma comunicação de que a Assembléia, considerando a comemoração dos 500 anos do Brasil, inaugurará, em 19 cidades, o sinal da TV Assembléia. Com essa inauguração, percebemos, triste e claramente, a missão desta Casa de transmitir a impregnada doutrina de campanha do Dr. Itamar Franco.

Essa é uma questão de ordem e um pedido de esclarecimento. Nós, membros da Oposição da Comissão que acompanha a TV Assembléia, não temos conhecimento desse fato. A Mesa tem a nossa autorização para determinadas decisões, já que nos representa, mas não para algo desse nível, considerando-se as dificuldades econômicas que a Casa sempre alega. Já solicitamos, inclusive, complementação ao Governo, para que este Poder possa fazer face às despesas.

Queremos, portanto, um esclarecimento da Mesa. Tem autonomia para tal, mas a iniciativa de inaugurar o sinal da TV em 19 cidades é algo bastante significativo. Além disso, em Patos de Minas, não fui comunicado de nada, mesmo tendo sido mediador desse benefício. Fui excluído. Por meios que desconheço, o Prefeito veio até a Assembléia e assinou o seu "sim", sendo que eu havia iniciado as conversações. Onde fica a democracia da Mesa? Quanto isso vai custar para o Poder Legislativo?

Como membro da Comissão, considero-me excluído. Não fui convidado nem comunicado. Gostaria de saber dos outros membros se o mesmo acontece com eles. O processo está correndo à revelia da Oposição. O Prefeito foi comunicado e veio avisar-me, mas eu, membro do Poder Legislativo, que fiz a emenda de R\$54.000,00, fui excluído.

Eis o meu protesto e desabafo. Peço ao Presidente que tome as providências necessárias para que eu possa acompanhar os trabalhos. Em outro expediente, indaguei à Mesa quanto custa a TV Assembléia para o Poder Legislativo, com seus recursos materiais, humanos e técnicos, e ainda não obtive resposta.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, o art. 102 estabelece as competências das comissões. Quero relatar um fato, a fim de que V. Exa. possa determinar qual é a comissão competente para o encaminhamento desse fato.

Ontem foi o Dia Internacional das Águas, e as comemorações estão sendo feitas durante esta semana; nesta Assembléia, foi aberta a primeira conferência sobre as águas. Gostaria de trazer uma denúncia grave: ontem, no Dia Internacional das Águas, o Prefeito de Contagem - e V. Exa., com sua sabedoria, saberá determinar a qual comissão esse assunto deverá ser distribuído - encaminhou um projeto à Câmara Municipal, que é um verdadeiro crime, um atentado contra o meio ambiente, porque modifica o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Contagem, permitindo que, na bacia de Várzea das Flores, sejam parcelados lotes de 200m. Hoje, são 5.000m.

O projeto permite, ao mesmo tempo, que as construções do Programa de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica Federal - conjuntos habitacionais populares - sejam feitas naquele mesmo local. Isso geraria um mal muito grande para aquela região, que, somente no sentido horizontal, tem condições de assentar 900 mil pessoas. Ela é maior do que a área ocupada hoje por Contagem. Outra consequência seria a degradação definitiva de Várzea das Flores, que não representa somente o abastecimento de 10% da região metropolitana, sendo a água mais barata que temos, mas também o assoreamento de Várzea das Flores causaria um problema permanente de enchentes, porque o rio Betim, que recebe a água de Várzea das Flores, cruza o Centro da cidade, inclusive a área do Hospital Municipal. Portanto, teríamos tragédias e mais tragédias em Betim.

Isso é contraditório, porque envolve um órgão estadual, que é a COPASA. Na semana passada, o Vice-Governador e o Presidente da COPASA assinaram uma ordem de serviço de R\$10.000.000,00 para tratar os esgotos de Contagem. Esse foi outro crime cometido pelo ex-Prefeito Newton Cardoso, que construiu, na bacia de Várzea das Flores, um conjunto habitacional tão grande como aquele, levando os pobres da cidade para um campo de concentração, um gueto, sem a infra-estrutura necessária.

Não contente com isso, o projeto ainda permite que, na bacia da Pampulha, na região localizada em Contagem, também seja feito o parcelamento de lotes de 200m, o que levaria a um agravamento da própria Lagoa da Pampulha. Na semana atrasada, o Prefeito de Contagem assinou o consórcio de criação da bacia da Pampulha, junto com a COPASA e a Prefeitura de Belo Horizonte.

Portanto, Sr. Presidente, queremos que V. Exa. delibere a que comissão vamos encaminhar essa discussão. Amanhã, na surdina, a Câmara Municipal de Contagem irá se reunir às 9 horas para votar esse crime ecológico, a degradação definitiva dos ambientes de preservação que ainda existem no Município de Contagem. É preciso deixar bem claro que Várzea das Flores é uma Área de Preservação Ambiental - APA -, o último projeto que apresentei antes de vir para a Assembléia Legislativa e que foi aprovado.

Sr. Presidente, queremos que esse debate seja feito nesta Casa. Amanhã, estão sendo esperadas cerca de mil pessoas na reunião da Câmara Municipal, a fim de tentar que não seja cometido esse crime ecológico, esse crime contra o meio ambiente, que não terá consequências somente em Contagem, mas atingirá toda a região metropolitana. Esse é um belo presente, na semana internacional das águas, para o povo da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de Contagem.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - A Presidência vai responder às duas questões de ordem que foram formuladas pelos Deputados Hely Tarquínio e Durval Ângelo na reunião de amanhã.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência fez retirar da pauta da presente reunião a eleição para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em virtude de ter-se realizado a pleito na reunião extraordinária de ontem, à noite.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere os incisos III e VII do art. 83, do Regimento Interno e considerando que os debates desta Casa devem realizar-se com ordem e solenidade, conforme dispõe o art. 151 do diploma procedimental, determina sejam expungidas da ata destinada a publicação, as expressões ofensivas utilizadas pelo Deputado Irani

Barbosa, durante seu pronunciamento, ao se referir a um representante do poder público, Prefeito Célio de Castro, bem como a entidades religiosas e a categorias profissionais. Mesa da Assembléia Legislativa, 23/3/2000.

Anderson Aduato, Presidente.

Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Apurar as Denúncias de Favorecimento nos Pagamentos Feitos no Período de Julho a Dezembro de 1998, a Construtoras que Mantinham Contratos com o Estado, doravante denominada CPI das Construtoras. Pelo PMDB: Efetivo - Deputado Eduardo Brandão; suplente - Deputado Luiz Tadeu Leite; pelo PSDB: efetivo - Deputado Amilcar Martins; suplente - Deputado Mauro Lobo; pelo PDT: efetivo - Deputado Doutor Viana, suplente - Deputado Eduardo Daladier; pelo PSD: efetivo - Deputado Dinis Pinheiro; suplente - Deputado João Paulo; pelo PFL: efetivo - Deputado Rêmoló Aloise; suplente - Deputado Sebastião Navarro Vieira; pelo PT: efetivo - Deputado Ivo José; suplente - Deputado Rogério Correia; pelo PTB: efetivo - Deputado Cristiano Canêdo; suplente - Deputado Olinto Godinho. Designo. À Área de Apoio às Comissões.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Transporte - aprovação, na 34ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 288/99, do Deputado Ermano Batista; 631 e 632/99, do Deputado Mauri Torres; e dos Requerimentos nºs: 1.122/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.123 e 1.155/2000, da Comissão de Transporte; 1.125 e 1.142/2000, da Deputada Maria Olívia; e 1.133/2000, do Deputado Fábio Avelar; pela Comissão de Direitos Humanos - aprovação, na 36ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.161/2000, do Deputado Sebastião Costa; 1.170, 1.171 e 1.181/2000, da Comissão de Direitos Humanos; pela Comissão do Trabalho - aprovação, na 33ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 697 e 749/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 704/99, da Deputada Maria Olívia; 707/99, da Deputada Maria José Haueisen; 714/99, do Sebastião Navarro Vieira; 715/99, do Deputado Bilac Pinto; 717 e 747/99, do Deputado Durval Ângelo; 720/99, do Deputado João Batista de Oliveira; 724/99, do Deputado Olinto Godinho; 726/99, do Deputado Rêmoló Aloise; e 732, 733 e 734/99, do Deputado Ronaldo Canabrava; 738/99, do Deputado Luiz Fernando Faria; 740/99, do Deputado Luiz Menezes; 748 e 764/99, do Deputado Dilzon Melo; 752/99, do Deputado Fábio Avelar; 761 e 762/99, do Deputado João Leite; e 770/99, do Deputado Hely Tarquínio; e pela Comissão de Assuntos Municipais - aprovação, na 31ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.164 e 1.168/2000, do Deputado Ambrósio Pinto (Ciente. Publique-se.); e pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão (- O teor da comunicação e o despacho foram publicados na edição anterior); Paulo Pettersen - indicando o seu nome para substituir o Deputado Dimas Rodrigues como membro suplente da CPI das Licitações; e Djalma Diniz - indicando o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para substituir o Deputado João Paulo como membro efetivo da CPI das Licitações (Ciente. Designo. À Área de Apoio às Comissões e cópia às Lideranças.); e pela Bancada do PT - O teor da comunicação e o despacho foram publicados na edição anterior.

Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão Especial do Fundo SOMMA e outros, em que solicitam, nos termos dos arts. 60, § 3º, da Constituição Estadual, e 112, do Regimento Interno, seja constituída comissão parlamentar de inquérito com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na execução de obras municipais financiadas com recursos do Fundo SOMMA. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XXV do art. 232 do Regimento Interno. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Miguel Martini solicitando seja o Projeto de Lei nº 593/99, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75 e dá outras providências, incluído em ordem do dia. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira solicitando seja retirado de tramitação o Projeto de Lei nº 115/99, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo do Rio Claro o imóvel que especifica. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquite-se o projeto.

Requerimento do Deputado Alberto Bejani em que solicita seja o Projeto de Lei nº 197/99 incluído na ordem do dia, para votação em 2º turno no Plenário. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Agostinho Silveira e outros em que solicitam seja feita a apreciação em Plenário do Requerimento nº 1.104/2000, referente à concessão de isenção do ICMS aos comerciantes que tiveram suas mercadorias perdidas por ocasião das enchentes que atingiram as cidades do Sul de Minas e as estâncias hidrominerais. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XXVIII do art 232, do Regimento Interno. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Antônio Júlio e outros em que solicitam seja realizada reunião especial destinada a homenagear os patricios portugueses. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno e, oportunamente, fixará a data.

Requerimento da CPI das Barragens em que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento da supracitada Comissão por mais 60 dias.

- Os Deputados Hely Tarquínio, João Leite e Maria José Haueisen proferem discursos, para encaminharem a votação, os quais serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de dizer ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado João Leite, que formule as questões levantadas e as reclamações por escrito, que esta Presidência terá o prazer de comunicar não apenas a V. Exa., mas também a todo o Plenário, porque esta Presidência não se lembra de, durante este ano e pouco que ocupa o cargo, ter recusado atendimento que V. Exa. houvesse trazido, para dar proteção ou avançar em qualquer assunto em que estivesse em jogo a questão dos direitos humanos. Como a Presidência ficou surpresa com essa manifestação, gostaria que os questionamentos fossem feitos por escrito, aos quais fará questão de responder, um a um, perante todo o Plenário desta Casa.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

- O Deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Como precisamos de "quorum" para a votação do veto, solicito o encerramento, de plano, desta reunião.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, solicito a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Alencar da Silveira Júnior) - (- Faz a chamada)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 31 Deputados. Com outros 3 Deputados em comissões, totalizam 34 Deputados. Não há "quorum" para votação.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Em resposta à questão de ordem formulada pelo Deputado Antônio Carlos Andrada na 76ª Reunião Extraordinária, esta Presidência tem a informar ao nobre parlamentar que vai manter o entendimento adotado por Mesas anteriores quanto ao assunto, consolidando a jurisprudência sobre a interpretação do disposto no § 4º do art. 249 do Regimento Interno, o qual faculta ao Presidente da Assembléia suspender a reunião por tempo prefixado para aguardar que se configure o "quorum", caso exista matéria a ser votada, ainda que uma verificação de "quorum" resulte em falta de número, até mesmo, para o prosseguimento dos trabalhos.

Com efeito, o questionamento ora suscitado deve ser examinado à luz do princípio de hermenêutica segundo o qual "Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete distinguir". O art. 249 do Regimento Interno, em seu § 4º, não especifica o "quorum" a ser configurado; portanto, a única exigência para que seja possível ao Presidente suspender a reunião, em tal hipótese, é que exista matéria a ser votada.

Por outro lado, o fato de a norma em epígrafe localizar-se no capítulo atinente à votação não implica em que o "quorum" cuja falta se tenha verificado seja apenas o de votação. O dispositivo ali se posiciona porque o objetivo teleológico da norma nele contida é possibilitar que se chegue à votação.

Assim sendo, ao verificar-se falta de número regimental para o prosseguimento dos trabalhos, a Presidência tem dois caminhos a tomar: encerrar a reunião, ou, se entender conveniente, suspendê-la, caso haja matéria a ser votada.

Nesses termos, a Presidência considera impropriedade a questão de ordem do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Esta a decisão.

Mesa da Assembléia, 23 de março de 2000.

Anderson Adatao, Presidente.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, não entendi, e gostaria de ter a segurança da resposta da Presidência.

O Sr. Presidente - A Presidência entende que não é momento de levantar essa questão de ordem, porque a reunião foi aberta na hora certa. Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Olinto Godinho) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 24 Deputados; há 3 em reuniões de comissões; no total, há 27 Deputados. Não há número regimental para a votação. Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Olinto Godinho) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 28 Deputados, e há 3 em reuniões de comissões, totalizando, assim, 31 Deputados. Não há "quorum" para votação. Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Márcio Cunha) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados; 3 encontram-se em reuniões de comissões, perfazendo um total de 32 Deputados. Não há "quorum" para a votação. Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Irani Barbosa) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 37 Deputados, com mais 3 em reuniões de comissões, temos 40 Deputados. Há "quorum" para a votação.

- Os Deputados Sebastião Costa e Mauro Lobo proferem discursos, encaminhando a votação do requerimento, os quais serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Mauro Lobo - Sabemos da importância do projeto e do encaminhamento desse veto. Mas estamos vemos o Plenário esvaziar e pediria a V. Exa. que procedesse ao encerramento, de plano, da reunião.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Recomposição de "quorum", Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Alencar da Silveira Júnior) - (- Faz a chamada)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 32 Deputados, com mais 3 em reuniões de comissões, temos 35 Deputados. Portanto, não há "quorum" para a votação.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga a reunião até às 19h59min.

Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda a nova chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Mauro Lobo) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados; com mais 3 em reuniões de comissões, há, no total, 32 Deputados. Não há "quorum" para a votação.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência solicita aos Líderes da Maioria e do Governo que retornem aos seus gabinetes e façam o trabalho que, no entendimento deles, não deu para ser complementado ontem.

A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

Nos termos do art. 244 do Regimento Interno, tem a sua discussão encerrada, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.320, uma vez que esse permaneceu em ordem do dia para discussão por seis reuniões consecutivas.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 24, às 9, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de agosto de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Roberto, Maria José Hauelsen e Fábio Avelar, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; Mauro Lobo, Adelmo Carneiro Leão, Eduardo Hermeto e Antônio Roberto (substituindo este ao Deputado Márcio Cunha, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Está presente também o Deputado Edson Rezende. Havendo número regimental, a Presidente, Deputado Maria José Hauelsen, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres, para o 1º turno, no âmbito das Comissões, do Projeto de Lei nº 48/99. A Presidente informa que foram designados relatores os Deputados Antônio Roberto e Eduardo Hermeto pelas Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, respectivamente. Com a palavra, o Deputado Antônio Roberto emite seu parecer concluindo pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com a palavra, o Deputado Eduardo Hermeto emite seu parecer, concluindo pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Na fase de discussão, fazem uso da palavra os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Fábio Avelar, Edson Rezende, Mauro Lobo e Antônio Roberto, manifestando-se todos favoravelmente ao parecer do relator. Colocado em votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2000.

Antônio Roberto, Presidente - Miguel Martini - Rêmoló Aloise - Eduardo Brandão - Ivo José - Wanderley Ávila.

ATA DA 33ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quinze horas do dia primeiro de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Arlen Santiago e Wanderley Ávila, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wanderley Ávila, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente solicita ao Deputado Wanderley Ávila que faça a leitura da correspondência. Esse parlamentar dá ciência de ofício recebido da Câmara Municipal de Uberaba. A seguir, o Presidente distribui o Projeto de Lei nº 696/99, dos Deputados Chico Rafael, Edson Rezende e Elaine Matozinhos, ao Deputado Dinis Pinheiro. Prosseguindo, a Presidência passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados, em turno único, os Requerimentos nºs 1.047, 1.053, 1.054, 1.056, 1.072 a 1.074, 1.085 a 1.088 e 1.102/2000. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Wanderley Ávila apresenta requerimento do Deputado Irani Barbosa, em que solicita seja realizado debate público sobre os acontecimentos relacionados com os perueiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como sobre o elevado número de multas que lhes estão sendo aplicadas. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Arlen Santiago apresenta requerimento do Deputado Márcio Kangussu, em que pede sejam solicitadas ao Secretário de Transportes e Obras Públicas e ao Diretor-Geral do DER-MG providências para a recuperação das seguintes rodovias: MG-405, no trecho que liga Jacinto a Santo Antônio do Jacinto; MG-405, no trecho compreendido entre Jacinto e Santa Maria do Salto; e MG-406, no trecho que liga Rubim a Almenara. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2000.

Álvaro Antônio, Presidente - Arlen Santiago - Dinis Pinheiro - Wanderley Ávila.

ATA DA 35ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Glycon Terra Pinto, Irani Barbosa, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente procede à leitura da seguinte correspondência: convite da Comissão de Serviços Públicos da Câmara Municipal de Belo Horizonte para audiência pública que discutirá a criação do Centro de Recuperação do Menor do Distrito Industrial do Vale do Jatobá, a se realizar no dia 16 de março, no Plenário dessa Casa; convite do Movimento Nacional de Direitos Humanos para a entrega do X Prêmio Nacional de Direitos Humanos e para o seu XI Encontro Nacional, a se realizar de 16 a 19 de março; ofício do Deputado Irani Barbosa em que encaminha material referente ao Sr. Marcelo Haddad e pedindo providências da Comissão para a apuração da verdade; carta do Sr. Walter Dias de Carvalho solicitando ajuda para sua readmissão na Secretaria de Estado da Segurança Pública; convite do Sr. Célio de Castro, Prefeito de Belo Horizonte, para a abertura da exposição Gravadoras da Guignard; convite da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil - CEMG -, para o culto de ação de graças em que ocorrerá a entrega dos diplomas a pastores e autoridades, destacando-se entre eles o Deputado Glycon Terra Pinto, membro da Comissão; ofício da Ouvidoria da Polícia, encaminhando cópia de sindicância da Polícia Militar que conclui pela improcedência dos fatos relatados por José Geraldo de Assis Castro; cópia de ofício da Ouvidoria da Polícia ao Sr. José Antônio de Moraes, Corregedor-Geral de Polícia, em que pede informações sobre o desaparecimento de Wellington da Silva Ferreira; correspondência do Sr. Nubis de Queiroz Nunes em que denuncia abuso de poder por parte de policiais rodoviários federais, encaminha documentação e pede providências da Comissão; carta do detento Liberodino Francisco de Souza em que denuncia que é vítima de injustiça devido à morosidade de seu processo e pede ajuda da Comissão; ofício da Juíza de Direito Cláudia Helena Batista em que solicita o encaminhamento do menor Silvano da Silva para estabelecimento adequado a fim de que se possa dar cumprimento à medida socioeducativa a ele imposta; carta do Sr. Galeno Pereira, diretor da Bysat, em que encaminha material sobre a tecnologia de monitoramento de veículos por comunicação via satélite; respostas da Ouvidoria da Polícia informando que o caso do Sr. Antônio Aparecido da Silva foi objeto de apuração pela Corregedoria-Geral de Polícia, que concluiu pela sua improcedência, e que o caso do Sr. Danney Elias Filgueiras foi considerado procedente, sendo o militar denunciado punido administrativamente; ofício do Sr. Robson Sávio Reis Souza, Diretor da Subsecretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais, informando que o Requerimento nº 565/99 foi redirecionado à Ouvidoria da Polícia, por se tratar de denúncia envolvendo agente da segurança pública; resposta do Comandante-Geral da Polícia Militar a requerimento da Comissão, em caráter reservado, esclarecendo a respeito de suicídios ocorridos nessa Corporação;

correspondência da Associação Comunitária de Amigos e Usuários do Hospital Sofia Feldman relatando dificuldades para a implantação de um berçário de risco nesse hospital e pedindo providências. A Presidência determina que esta correspondência seja encaminhada à Comissão de Saúde por se tratar de matéria afeta a essa Comissão e, em seguida, informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei nº 553/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro e a publicidade dos índices de violência e criminalidade no Estado de Minas Gerais. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 1.126 a 1.129/2000, 1.135 a 1.138/2000, 1.148/2000, 1.151/2000 e 1.157/2000. Passa-se, então, à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Marcelo Gonçalves: 1 - em que solicita seja encaminhada correspondência ao Comandante da PM, Cel. Mauro Lucio Gontijo, pedindo informações sobre a reestruturação do destacamento policial de Melo Viana e a reabertura do Posto Tijuco com viaturas; 2 - em que solicita seja enviada correspondência ao Secretário da Segurança Pública pedindo empenho na apuração do assassinato da menina Hosana Abreu Correia, 9 anos, ocorrido em Tijuco, no Município de Esmeraldas; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizado debate público para discutir o processo de inclusão da pessoa deficiente na sociedade; do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada visita da Comissão, em conjunto com a Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, ao Município de Conceição de Alagoas, para obter informações acerca da denúncia de trabalho infantil nas olarias desse município. Em seguida, o Deputado João Leite passa a Presidência à Deputada Maria Tereza Lara para apreciação de matéria de sua autoria. São aprovados os seguintes requerimentos do Deputado João Leite: 1 - em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão com a finalidade de ouvir as propostas do Núcleo de Apoio às Vítimas de Trânsito, criado com a função de auxiliar cidadãos e familiares vitimados pelo trânsito em Minas Gerais; 2 - em que, atendendo a pedido formulado pela Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, solicita ao Hospital Espírita André Luiz, nesta Capital, as seguintes informações sobre o paciente Tito Bueno: data da internação do referido paciente; se o paciente esteve em Vitória; ES, em 14/12/99, para realizar exames de DNA; qual o quadro apresentado pelo paciente no momento; cópia do laudo médico e dos exames do paciente. Solicita, ainda, que essas informações sejam encaminhadas por esta Casa à Assembléia Legislativa do Estado de Espírito Santo; 3 - em que solicita seja enviado ofício ao Corregedor-Geral do Ministério Público, Sr. Márcio Heli de Andrade, para que sejam fornecidas ao interessado, Adalberto Duarte da Silva, cópias das págs. 88 a 94 do Expediente nº 205/98, desse órgão. Em seguida, a Deputada Maria Tereza Lara retorna a Presidência ao Deputado João Leite. A Presidência convida a compor a mesa as seguintes autoridades: Sr. Jéus Trindade Júnior, Delegado de Polícia Civil, representando a Secretário de Estado da Segurança Pública; José Karam, Superintendente de Organização Penitenciária e representante da Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos; Cel. Severo Augusto da Silva Neto, Comandante de Policiamento da Capital e representante do Comando-Geral da Polícia Militar; Srs. Luiz Flávio Sapori, pesquisador da Fundação João Pinheiro; José Roberto Rezende, Ouvidor de Polícia. Em seguida, a Presidência passa a palavra ao Deputado Marcelo Gonçalves, autor do requerimento que originou a reunião, que faz suas considerações iniciais sobre o assunto. A seguir, a palavra é concedida aos demais componentes da mesa, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2000.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Alencar da Silveira Júnior.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Às quatorze horas do dia dezesseis de março de dois mil, comparecem no fórum de Governador Valadares os Deputados Marcelo Gonçalves, Paulo Piau, Rogério Correia, José Henrique e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os depoimentos dos Srs. Devair Lucas, Paulo Orlando Rodrigues Matos, Walter Costa Vila Real e Cláudio Vinícius Ferreira e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Deputado Rogério Correia apresenta requerimento em que pede seja solicitada ao Ministério Público, em Governador Valadares, cópia dos documentos relativos ao narcotráfico na região; e o Deputado Paulo Piau apresenta requerimento em que solicita sejam ouvidos, na presente reunião e secretamente, os Srs. Nelson Missias, Juiz de Direito de Governador Valadares; Afonso Edson da Silva, Delegado Regional de Polícia Civil; Sérgio Pujol, Delegado Regional de Polícia Federal; o Cel. Luiz Carlos Albino, ex-Comandante Regional da Polícia Militar, e o Maj. Sebastião Siqueira, do Batalhão de Polícia Militar de Governador Valadares. Submetidos a votação, são aprovados os requerimentos. Em vista do último requerimento, o Presidente transforma a reunião em secreta e suspende os trabalhos. Após os depoimentos prestados, o Presidente reabre ao público a reunião e determina a presença do Sr. Devair Lucas. Após as orientações legais de praxe e as considerações iniciais do depoente, o Presidente concede a palavra aos membros da Comissão para que formulem suas questões. Após o interrogatório, conforme as notas taquigráficas, o Presidente dispensa o depoente, determina a presença do próximo depoente, Sr. Cláudio Vinícius Ferreira, e suspende os trabalhos. Reabertos os trabalhos, o Presidente presta informações sobre os procedimentos legais e concede a palavra ao intimado, para suas considerações iniciais, e aos membros da Comissão. Durante o depoimento, o Deputado Paulo Piau apresenta requerimento em que solicita seja a reunião transformada em secreta. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Reabertos os trabalhos ao público e encerrado o depoimento anterior, o Presidente determina a dispensa do Sr. Paulo Mattos e submete a votação requerimento do Deputado Paulo Piau, em que solicita seja intimado para a presente reunião e para a extraordinária do dia 17/3/2000, às 8h30min, o preso Jaider Costa Vila Real. É aprovado o requerimento. A seguir, o Presidente convoca o Sr. Walter Costa Vila Real e concede a palavra a este, para suas considerações iniciais, e aos membros da Comissão, para suas questões. Segue-se o interrogatório, conforme as notas taquigráficas. O Presidente dá por encerrado, momentaneamente, o depoimento e submete a votação requerimento do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja dado prosseguimento ao depoimento do intimado e do preso Jaider Costa Vila Real na próxima reunião extraordinária. É aprovado o requerimento. A Presidência dá cumprimento à proposição aprovada e, em virtude do dispositivo regimental que estabelece o horário de funcionamento das comissões, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, nesta data, às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Governador Valadares, 16 de março de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Paulo Piau - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - José Henrique.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA UEMG

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria Tereza Lara, Edson Rezende e Amilcar Martins, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Amilcar Martins, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, e é aprovado requerimento do Deputado Edson Rezende em que solicita convidar o Prof. Gerson Bozon, Reitor da UEMG, e os Pró-Reitores de Planejamento e de Administração e Finanças para prestarem esclarecimentos à Comissão e apresentarem documentação relativa aos recursos orçamentários destinados a Universidade e às unidades agregadas do interior nos últimos cinco anos; aos recursos destinados à UEMG e às respectivas unidades agregadas relativas aos diversos projetos de financiamento em curso ou existentes nos últimos cinco anos, a saber: CODEVALE, FAT, SEE-MG e outros de origens diversas; ao detalhamento de despesas da UEMG nos últimos cinco anos; ao quadro funcional da Universidade com especificação de salários; à titulação e às demais informações referentes ao quadro de pessoal e ao detalhamento do corpo docente da UEMG e unidades agregadas, incluindo cursos ministrados e valor de mensalidades cobradas nas unidades agregadas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2000.

Maria Tereza Lara, Presidente - Amilcar Martins - Edson Rezende.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 81ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 22/3/2000

Apreciados os pareceres para escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, foi aprovada a indicação do nome do Deputado Elmo Braz.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 32ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 28/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n.ºs 1.174/2000, do Deputado Carlos Pimenta; 1.176 e 1208/2000, do Deputado Ambrósio Pinto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei n.º 775/99, da Deputada Elaine Matozinhos.

Em turno único: Projeto de Lei n.º 711/99, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei n.ºs 132/99, do Deputado Ambrósio Pinto; 198/99, do Deputado Wanderley Ávila; 708/99, do Deputado Ambrósio Pinto; 709/99, do Deputado Mauri Torres; 713/99, do Deputado Antônio Júlio; 750/99, do Deputado Cristiano Canêdo; 766/99, do Deputado Dimas Rodrigues.

Requerimento n.º 1.200/2000, da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social e da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DAS BARRAGENS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir a Sra. Ana Luíza de Souza Santos, da Cáritas Diocesana de Almenara; os Srs. João Batista Alves de Souza, da BNAF - Araçuaí; Boaventura S. Castro, de Turmalina; Adson Marinho, de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA UEMG, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Profs. Aluizio Pimenta, ex-Reitor da UEMG; Antônio Faria, ex-Vice-Reitor da UEMG; José Osvaldo Lasmar, ex-Pró-Reitor de Planejamento da UEMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 30/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 14 horas do dia 25/3/2000, destinadas à apreciação dos vetos à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências, e às Proposições de Lei nºs 14.241, que institui o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais; 14.325, que institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais; 14.258, que dispõe sobre a implantação do projeto Serviço Integrado de Administração Financeira; 14.261, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais; 14.270, que altera dispositivos da Lei nº 13.163, de 20/1/99, que promove a adequação da lei orgânica do IPLEMG às normas constitucionais; 14.271, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 9.532, de 30/12/87, que dispõe sobre a remuneração de cargo de provimento em comissão para fins de apostilamento e aposentadoria; 14.274, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações; 14.277, que suprime incisos e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 12.278, de 29/7/96; 14.309, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural; 14.311, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos policiais e carcerários; 14.314, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes; 14.320, que cria o Programa Ronda Escolar no Estado de Minas Gerais; 14.326, que institui a obrigatoriedade de rotular os alimentos resultantes de organismos geneticamente modificados; 14.329, que cria o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 14.330, que altera dispositivos das Lei nº 6.763, de 26/12/75, 12.425, de 27/12/96, e 12.730, de 30/12/97, e dá outras providências; e 14.333, que estima as receitas a fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2000; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de março de 2000.

Anderson Aduato, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Rogério Correia, Carlos Pimenta, José Henrique, Marco Régis e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/3/2000, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir o depoimento do Sr. João Galdino da Silva..

Sala das Comissões, 24 de março de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Benê Guedes, Maria Tereza Lara e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 24 de março de 2000.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cabo Morais, Antônio Carlos Andrada, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições de Comissão.

Sala das Comissões, 24 de março de 2000.

Antônio Júlio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 132/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

A proposição em tela é de autoria do Deputado Ambrósio Pinto e tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Seara de Luz, com sede no Município de Santa Luzia.

O projeto de lei foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, que o considerou jurídico, constitucional e legal, tal como foi apresentado.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, compete agora a este órgão colegiado apreciá-lo, nos termos do estabelecidos no art. 102, XIV, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Constituída na forma de entidade civil sem fins lucrativos, a Associação Comunitária Seara de Luz - nos termos do art. 2º de seu estatuto - tem por objetivo prestar assistência social às famílias carentes do Município de Santa Luzia, proporcionando-lhes assistência médica, alimentação e lazer, entre outros benefícios

Dedica particular atenção às crianças, para as quais desenvolve atividades esportivas, culturas e sociais.

Uma vez que constitui responsabilidade do Estado dar assistência social aos cidadãos, em especial àqueles menos favorecidos, afigura-se-nos justa e oportuna a intenção de se prestar homenagem à referida entidade, em reconhecimento de seus trabalhos realizados junto à comunidade carente.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 132/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de março de 2000.

Luiz Menezes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 198/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Wanderley Ávila, o projeto de lei ora analisado objetiva declarar de utilidade pública a Associação Espírita Fraternidade Francisco de Assis, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinado o projeto preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade procura obter recursos para prestar assistência ao menor carente e para praticar o bem por todos os meios a seu alcance. Além disso, está voltada para o estudo teórico e a prática do espiritismo, tendo como parâmetro a doutrina kardecista e, em particular, os seus princípios fundamentais.

Pelo que foi dito, julgamos oportuno que ela seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 198/99 na forma original.

Sala das Comissões, 23 de março de 2000.

Amílcar Martins, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 708/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ambrósio Pinto, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, com sede no Município de São Vicente de Minas.

Inicialmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A APAE de São Vicente de Minas, fundada em 16/5/93, promove medidas de âmbito municipal visando assegurar o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais. Coordena e executa na sua área de atuação os objetivos, os programas e a política da Federação das APAEs.

Por sua luta para melhorar as condições de vida dos portadores de deficiência, merece ela ser declarada de utilidade pública.

Apenas para adequar o nome da entidade à melhor técnica de redação legislativa, apresentamos emenda ao art. 1º da proposição

Conclusão

Pelas razões aludidas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 708/99 com a seguinte Emenda nº 1..

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Vicente de Minas, com sede nesse município.".

Sala das Comissões, 23 de março de 2000.

Amilcar Martins, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 766/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O projeto de lei ora analisado, de autoria do Deputado Dimas Rodrigues, visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Boa Vista, com sede no Município de Jaboticatubas.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação mencionada no relatório desenvolve programas de proteção à saúde, à maternidade, à família, à infância e à velhice.

É relevante mencionar, também, que ela coordena as obras e reivindicações sociais dos moradores do bairro, desenvolvendo ações nos âmbitos sociais, econômicos e educacionais. Dessa forma, concorre para desenvolver o espírito comunitário.

Pelos trabalhos empreendidos, que redundam em benefícios para os cidadãos, ela se torna merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 766/99 na forma original.

Sala das Comissões, 23 de março de 2000.

Amilcar Martins, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 780/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Ambrósio Pinto, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Musical Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Ubá.

A proposição foi considerada pela Comissão de Constituição e Justiça jurídica, constitucional e legal na forma em que foi apresentada.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, compete agora a este órgão colegiado apreciá-la, nos lindes estabelecidos no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Sociedade é entidade regularmente constituída na forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, criada com o objetivo principal de promover trabalhos em prol do conhecimento, divulgação e execução da arte musical, em todos os seus aspectos e modalidades.

Consideramos meritória a prática de atividades educacionais e divulgadoras da cultura nacional, em parceria com o poder público, tendo em vista as limitações deste.

Portanto, afigura-se-nos justa e oportuna a intenção de se prestar homenagem à referida entidade, em reconhecimento de suas iniciativas.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 780/99 na forma original.

Sala das Comissões, 22 de março de 2000.

Antônio Carlos Andrada, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 786/2000

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

O Projeto de Lei nº 786/2000, do Governador do Estado, autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar colaboração financeira para os fins que menciona e dá outras providências.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/2/2000, a proposição, que tramita em regime de urgência, foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos regimentais. A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as Emendas nºs 1 a 4, que apresentou. Vem, agora, o projeto a esta Comissão para ser apreciado em seus aspectos de mérito.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre o assunto.

Fundamentação

O projeto em análise tem por finalidade a obtenção de autorização legislativa para que o Estado celebre contrato com instituição financeira alemã, o Banco KFW, com vistas à concessão de crédito da ordem de DM 15.000.000 (quinze milhões de marcos alemães) para o financiamento do Projeto de Proteção da Mata Atlântica - PROMATA-MG -, a ser executado pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF. Na exposição de motivos que acompanha o projeto, o Governador do Estado apresenta os objetivos do referido programa, que passamos a discutir a seguir.

O PROMATA-MG tem como objetivo geral a proteção, recuperação e preservação dos remanescentes da Mata Atlântica no Estado, mediante a implantação e administração de unidades de conservação, como parques florestais, reservas biológicas, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental - APAs. Especificamente, o projeto visa a dotar essas unidades e seus entornos de condições adequadas de administração, infra-estrutura e equipamentos; a aprimorar as ações de monitoramento, controle e fiscalização dos sistemas regionais de conservação; a proporcionar às comunidades localizadas no entorno das unidades de conservação condições para seu desenvolvimento sustentável, notadamente no que se refere à prevenção de incêndios, recomposição de florestas e disposição final de resíduos sólidos; e a fortalecer as instituições e organizações públicas e privadas ligadas à conservação da Mata Atlântica no Estado.

Entendemos que o projeto é bastante oportuno e louvável, já que a Mata Atlântica, um dos mais ricos e, por isso mesmo, um dos mais ameaçados biomas brasileiros, deve ser preocupação prioritária das autoridades responsáveis pela proteção do meio ambiente em nosso País. Em Minas Gerais, os remanescentes desse ecossistema, constituídos pela mata original e por florestas secundárias, sofreram e continuam sofrendo um acentuado processo de destruição e antropização, que se caracteriza pela exploração com fins energéticos (carvão e lenha), desmatamentos, expansão da agricultura e pecuária e crescimento descontrolado das cidades.

O PROMATA-MG, a ser executado em parceria com o IBAMA e os municípios envolvidos, pretende constituir um corredor ecológico nas regiões Sul e Sudeste do Estado, desde a divisa com o Estado de São Paulo (APA Mantiqueira) até o Vale do Aço (Parque Estadual do Rio Doce), compreendendo dez unidades de conservação e suas áreas de entorno, numa extensão de aproximadamente 65.000km². As unidades beneficiadas são as seguintes: APA Serra da Mantiqueira e Parques Estaduais da Serra do Papagaio e Nova Baden (Sistema Regional Sul); Parques Estaduais Serra do Brigadeiro, de Ibitipoca, do Rio Doce e do Itacolomi, Parque Nacional do Caparaó, APA Cachoeira das Andorinhas e Estação Ecológica do Tripuí.

Uma das maneiras de se conter o processo de degradação dos remanescentes de Mata Atlântica é, sem dúvida, a criação de unidades de conservação como as acima mencionadas, associada a um programa de revitalização das áreas circunjacentes. Contudo, mais que criar essas unidades, é preciso oferecer os meios para que elas funcionem adequadamente. A implantação efetiva do PROMATA-MG, com recursos da ordem de DM 29.000.000, sendo DM 15.000.000 provenientes de contribuição financeira não reembolsável do Governo alemão e DM 14.000.000, de recursos do Estado, acena com a possibilidade de se iniciar um processo de recuperação significativa deste rico patrimônio natural representado pela Mata Atlântica.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 786/2000 com as Emendas nºs 1 a 4, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 23 de março de 2000.

Antônio Roberto, Presidente e relator - Rêmoló Aloise - Wanderley Ávila - Ivo José - Miguel Martini - Eduardo Brandão.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 23/3/2000, as seguintes comunicações:

Do Deputado Gil Pereira, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. João Vale Maurício, ocorrido em 23/3/2000, em Montes Claros. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Wanderley Ávila (2), dando ciência à Casa do falecimento das Sras. Maria de Lourdes Marques dos Santos, ocorrido em 19/3/2000, em Pirapora, e Hibi Barbosa de Oliveira, ocorrido em 18/3/2000, em Várzea da Palma. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Miguel Martini, dando ciência à Casa do falecimento do Padre Alfonso Pastore, ocorrido em 17/3/2000, em Vitória, ES. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Marco Régis, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Joaquim Itamar da Silveira, ocorrido em 29/2/2000, em Alpinópolis. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 22/3/2000, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Luiz Modesto Mayrink para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Ronaldo Canabrava, matrícula 9672-5, no período de 9/3/2000 a 10/3/2000.

Mesa da Assembléia, 17 de março de 2000.

Anderson Aduino, Presidente.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

Convite nº 3/2000 – Objeto: aquisição de material gráfico. Licitante vencedora: IBF – Indústria Brasileira de Filmes S.A. para o subitem 1.1.

Convite nº 4/2000 – Objeto: aquisição de papel para impressão digital, cartuchos de tinta para impressora, pilhas e guilhotina. Licitante vencedora: B & V Associados Ltda. para o subitem 1.1.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 5/2000 - Objeto: contratação de seguro de acidentes pessoais e coletivos para motoristas e seguro total para veículos. Em decisão proferida em 20 de março de 2000, o Diretor-Geral em exercício determinou a desclassificação da Licitante nº 4 – Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais – item 1.2, por apresentar proposta com preço manifestamente superior ao praticado no mercado, alterando o resultado de julgamento publicado no "Minas Gerais" do dia 24 de fevereiro de 2000, fixando-lhe o prazo de três dias úteis para a apresentação de nova proposta, nos termos do art. 48, II e § 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

COMUNICAÇÕES

Na publicação do documento em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2000, na pág. 19, col. 4, onde se lê:

"de que está se afastando", leia-se:

"de que se está afastando a partir do dia 22/3/2000".